

RENCENSÃO

Do internacionalismo “pop” à ética do desenvolvimento económico

Miguel de Sousa

Assistente da Universidade de Évora – Departamento de Economia
e-mail:mrsousa@uevora.pt

Paul Krugman, Pop Internationalism: The MIT Press, Cambridge, Massachussets, 1996
Amartya Sen, Development as Freedom: Alfred Knopf, New York, 1999

Paul Krugman, norte-americano, professor de economia internacional no prestigiado Massachusetts Institute of Technology, é uma espécie de enfant terrible da moderna teoria do comércio internacional. Curiosamente, enquanto estudante de pós-graduação no final dos anos 70, viajou até Portugal, e escreveu um artigo sobre a Revolução dos Cravos em co-autoria com Jorge Braga de Macedo¹. As suas principais contribuições situam-se na teoria da concorrência imperfeita aplicada ao comércio internacional, ou seja, o que Krugman se «entretreu» a fazer durante estes anos foi a destruir a «teoria convencional»². Pelas suas teorias foi-lhe atribuída a medalha John Bates Clark, um prémio atribuído ao mais promissor economista americano com idade inferior a 40 anos. Este prémio costuma ser uma espécie de galeria pré-Nobel. Ainda este ano, Krugman não pára de nos surpreender: com Fujita e Venables, tentou unificar a teoria do comércio internacional com o desenvolvimento e a análise regional do crescimento das cidades³.

Amartya Kumar Sen, indiano, é simultaneamente professor de economia do desenvolvimento e de filosofia em Cambridge, no Reino Unido, tal como já havia sido em Harvard. As suas contribuições originais vão desde a ética económica ao papel do desenvolvimento económico, tendo-lhe sido atribuído o prémio Nobel da Economia em 1998. Foi o criador da fundamentação do actual indicador de desenvolvimento do Banco Mundial, para além de ter explicado que muitas das fomes que ocorrem no Terceiro Mundo não dependem tanto da escassez de alimentos, mas fundamentalmente de uma evolução negativa dos termos de troca.

Começamos pelo livro de Krugman. O estilo é fluido e faz lembrar o de Carl Sagan a divulgar astrofísica. O próprio autor, imodestamente, na introdução, se compara ao paleontólogo Stephen Jay Gould. Porquê? Porque Krugman, tal como Gould, estabeleceu a sua reputação científica a pôr em causa as teorias convencionais da sua área, sendo mais tarde conhecido pelo grande público como um divulgador das teses mais ortodoxas.

O livro nasceu de uma «revelação» que o autor teve em Little Rock, no Arkansas, quando ouviu o Chief Executive Officer (ceo) da Apple, John Sculley, falar sobre comércio internacional. Krugman ficou chocado, pois a plateia aplaudia e não fazia a mínima ideia dos erros que este prestigiado gestor tinha cometido. O livro «ataca» o próprio presidente Bill Clinton, também presente nessa conferência, ao citar a sua célebre frase: «o país é

como uma grande empresa». É este tipo de discurso verboso sobre o comércio internacional (mas repleto de erros), admirado por muitos líderes políticos influentes, que Krugman se esforça por desmistificar. Apelida os autores de «internacionalistas pop», como se fossem estrelas de rock do comércio internacional, e põe o dedo na ferida. Os exemplos são muitos. O primeiro capítulo é o que tem o estilo mais ousado, atacando os já referidos personagens, para além do próprio Jacques Delors e John Major na Cimeira de Copenhaga (21 e 22 de Junho de 1993). Lendo os simples argumentos de Krugman somos levados à clarividência da razão. Começamos pela questão do país como «big corporation». Krugman elucida-nos logo à partida que existe uma diferença, que para uns pode parecer irrelevante, mas que é muito significativa – se uma empresa falir, despede os seus empregados, entra em processo de falência, fecha as portas e deixa de existir. Um país, por muito mal gerido que seja, apesar de poder entrar em falência, não deixa de existir⁴.

Mas Krugman vai mais longe e critica a obsessão contemporânea com a competitividade. A retórica da competitividade, como o autor lhe chama, foi articulada, entre outros, por autores como Lester Thurow, professor de Harvard, e Laura D'Andrea Tyson, presidente do Council of Economic Advisers do presidente Clinton.

Thurow, no seu bestseller intitulado *Head to Head: The coming battle among Japan, Europe and USA*: New York, Morrow, 1992, diz-nos que é na arena económica internacional que os países se encontram em feroz competição, e o que uns ganham os outros perdem⁵. Krugman procura demonstrar que as coisas não se passam exactamente assim. O que a moderna teoria do comércio internacional nos diz é que para um país pequeno como Portugal⁶ a política óptima a seguir será não o protecçãoismo, mas sim o comércio livre. É claro que alguns políticos tentam sempre ressuscitar o argumento da indústria nascente, que precisa de protecção para vingar... Mas vejamos. Na moderna teoria tem-se muito em conta a análise global do bem-estar da sociedade, pelo que o bem-estar dos consumidores, ao beneficiarem de mais produtos (maior variedade), a um preço mais baixo, também deve ser contabilizado. A conclusão principal de Krugman é que o comércio internacional não é um jogo de soma nula, ou seja, o bolo pode estar a crescer, e ambos os países (ou conjunto de países) podem estar a ser beneficiados. Isto quer dizer que a Europa pode ter a sua quota de mercado na América a crescer e vice-versa.

Krugman desmistifica também a noção de competitividade de Tyson, que defende «a capacidade que um país tem de produzir bens e serviços no mercado mundial, ao mesmo tempo que os cidadãos beneficiam de um crescimento sustentável do nível de vida». Como Krugman admite, «nem parece mal!». Mas uma análise mais rigorosa dos factos leva-nos a rejeitar esta hipótese. Porquê? O autor evoca o exemplo dos EUA nos anos 50, que eram uma economia muito fechada, i.e. com reduzido nível de comércio internacional e nesse caso o equilíbrio das contas externas dependia apenas de uma gestão correcta da taxa de câmbio. No entanto, esta tinha pouco impacto no nível de vida dos americanos. Logo, num país relativamente fechado, a competitividade seria determinada por factores internos, principalmente a taxa de crescimento da produtividade! (Quod erat demonstrandum, a definição de Tyson cai pela base).

Mas seria este pressuposto apenas válido nos anos 50? Ou mudará quando o comércio se torna mais importante? Até podia, mas imagine-se um país que apesar da sua elevada produtividade apenas consegue colocar os seus bens no mercado internacional desvalorizando constantemente a sua moeda. Então, o seu nível de vida estaria em

declínio⁷. A competitividade seria «competição internacional». Krugman analisa os números. A taxa de crescimento da produtividade do trabalho para os eua, no período de pouca abertura de 1959-1973, foi de 1,85 por cento, enquanto que a variação numa medida dos termos de troca foi de 1,87 por cento, e no entanto o nível de vida subiu! No período de 1973 a 1990, um período de maior abertura, mas de estagnação do nível de vida, tivemos uma taxa de crescimento dos termos de troca de 0,65 por cento, enquanto que a produtividade doméstica dos eua crescia 0,73 por cento. Os números são semelhantes para o Japão e Europa Ocidental. Em cada caso, a taxa de crescimento do nível de vida depende da taxa de crescimento da produtividade doméstica e não da produtividade face aos concorrentes!

Como pode isto ser possível na nossa economia global e digital?

Os eua continuam a exportar apenas 10 por cento do pib, e para além disso os países não são como as grandes empresas. A Pepsi e a Coca-Cola são rivais, roubam quotas uma à outra, mas os países podem beneficiar de trocas comerciais através da qualidade superior a um preço mais baixo. Krugman critica ainda, por exemplo, Maganizer, Ira e Reich, demonstrando que estes autores foram simplesmente desleixados na sua proposta de uma nova política industrial para os eua. Os autores propunham um investimento maciço nos sectores de maior valor acrescentado como estratégia de crescimento. O problema é que não se deram ao trabalho de consultar as estatísticas para verem quais eram de facto os sectores. Em síntese, o livro de Krugman é essencial para quem quiser perceber os fundamentos de uma gestão correcta e eficiente do sistema de trocas internacionais.

Amartya Sen: o retorno às raízes da economia

Passemos então à análise do livro de Sen. Os seus primeiros trabalhos de maior impacto a nível económico tiveram a ver com uma reanálise do teorema da Impossibilidade de Arrow – este teorema diz-nos que para se obter uma estrutura representativa das preferências de uma sociedade, esta estrutura terá de violar alguns dos pressupostos que Arrow supôs⁸. A principal conclusão é que a regra da maioria usada em democracia deixava sempre alguém descontente, ou que outras regras sociais levavam sempre à violação da eficiência na afectação de recursos. Sen resolve este conflito declarando que as regras propostas por Ken Arrow estavam num espaço incompleto (i.e eram ordenações incompletas). Deste modo, alargou o espaço de possibilidades de escolha para incluir não só os rendimentos sobre uma determinada afectação de bens, mas também uma nova abordagem que importou da ciência política de raiz contratualista, os «entitlements» (direitos) e as privações. A solução parece simples e esta abordagem, que ele estendeu às fomes, permitiu-lhe explicar porque é que, apesar da abundância de comida, se verificam fomes. Se houver um declínio dos termos de troca desfavorável ao agricultor, pode existir abundância de produção, mas o agricultor não consegue garantir o rendimento mínimo à sua sobrevivência. Isto é: os bens que produz não são suficientemente valorizados no mercado de modo a poder trocá-los por outros bens essenciais! Uma tal situação pode parecer estranha, mas até foi bastante comum. Sen analisou o fenómeno em detalhe no seu livro já traduzido em português: *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*: Lisboa, Terramar, 1999. Neste novo livro retoma o tema das fomes, introduzindo-o no capítulo 4 e resumindo-o no capítulo 7. Mas desta feita a análise é muito mais global. O capítulo 1 começa com o estudo do que é a perspectiva da liberdade, examinando as diferentes raízes filosóficas do conceito. Com um à vontade,

inusitado em geral nos economistas modernos, Sen critica o paradigma benthamiano da abordagem utilitarista da tradição neoclássica, apresenta-nos a versão de Nozick e de Rawls sobre a noção de justiça social, e finalmente começa a construir as fundações da sua abordagem dos «entitlements» e das «capabilities» (direitos e capacidades, ou melhor, aptidões, para ilustrar o carácter potencial do exercício da liberdade).

O segundo capítulo versa sobre a questão dos meios e dos fins do desenvolvimento, e o terceiro explora até à saciedade os conceitos de liberdade e a fundamentação da liberdade. Um exemplo: qual dos seguintes agentes se deve auxiliar? O mais pobre, o mais doente, ou o mais infeliz? Conforme o conceito de justiça social prevalecente, a política do governo variará de sociedade para sociedade. Sim, não se pense que *Development as Freedom* é um mero livro abstracto em que não se procuram soluções realistas e pragmáticas para os problemas do desenvolvimento. Mais ainda, no capítulo 5, Sen não se furta a analisar, com a sua profunda cultura oriental, a recente crise asiática, a clivagem eua/Europa, e o papel do Estado na sociedade e economia globais. O Estado-providência europeu é, por um lado, criticado em função dos elevados níveis de desemprego que lhe estão associados, mas, por outro, é defendido pelo facto de a sociedade política europeia achar isso tolerável, e também porque existe uma baixa desigualdade de rendimento face aos eua. Mas, ao invés, os eua, embora tenham um Estado muito menos interventor, que não suportaria politicamente as pressões dos números do desemprego europeu, excedem claramente o que é tolerável em termos de desigualdade social para os padrões europeus. No capítulo 6, Sen analisa a importância da democracia, o conceito crucial e aglutinador de todo o seu trabalho de trinta anos. Refuta a ideia de que as noções de democracia e liberdade são invenções exclusivamente ocidentais e baseia-se em Aristóteles para comparar a concepção ocidental à oriental, mostrando que para o filósofo grego os escravos e as mulheres não deveriam possuir direitos civis e de participação política. Para ilustrar a tradição oriental, Sen vai buscar Confúcio e os estadistas Ashoka e Kautilya, e o tema dos direitos humanos e da cultura é retomado no capítulo 10. A principal mensagem é a de que a democracia não é um valor exclusivamente ocidental, ao contrário do que o ex-primeiro ministro de Singapura Lee Ku Yuan e outros líderes orientais tentam fazer crer, acrescentando ainda que seria necessário suprimir os direitos civis para se alcançar mais crescimento económico. Sen na sua abordagem dá logo de imediato o exemplo da Birmânia, cuja economia não parece ter beneficiado da prisão da líder democrática Aung San Suu Kyi, e da manutenção do regime ditatorial dos militares. Para além disso, dentro da linha do seu raciocínio, o desenvolvimento é um processo integrado no qual o processo político é uma pré-condição, tão importante como o progresso económico. Senão, pense-se porque é que na Índia pós-independência nunca mais se verificou uma fome? Porque se tal se verificasse a oposição democrática e a imprensa livre exerceriam uma tal pressão sobre o poder político que a tomada de medidas eficazes seria inevitável. A dimensão social também é importante, e daí que Sen analise a questão da desigualdade de acordo com o género e a raça. Defende o papel das mulheres de acordo com uma maternidade responsável e aborda ainda a questão dos negros, nomeadamente nos eua. Para isso analisa a sua esperança de vida e conclui que é menor face à mesma classe de indivíduos no Estado de Kerala (Índia). Qual a aparente justificação? Dever-se-á à maior taxa de criminalidade e de violência dos jovens negros americanos? Não, não só. Sen, apesar de descontar o efeito da criminalidade na esperança média de vida, conclui que, mesmo tendo isso em

conta, os jovens negros americanos morrem mais cedo que os jovens brancos. Deste modo estamos perante uma privação dos direitos dos negros, i.e. da sua liberdade, porque não se garante à nascença e durante a juventude igualdade de oportunidades entre os dois grupos.

Em suma, o livro *Development as Freedom* de Sen é claramente a cúpula de uma catedral de pensamento filosófico, económico, sociológico, e mesmo histórico, de grande rigor analítico, com excelentes argumentos ilustrativos e conselhos de política económico-social que o autor levou pelo menos trinta anos a desenvolver. Não contém uma única fórmula matemática, tal como o livro de Krugman, o que é certamente apelativo para o público não especializado, mas não deixa de conter as referências bibliográficas detalhadas para quem quiser entrar nas fórmulas dos papers. Este livro figurará certamente na galeria dos grandes economistas-filósofos, na tradição de Mill, Smith, e mesmo Marx. É o retorno às raízes da disciplina: o diálogo da ética com a economia. Um must read de futura e obrigatória tradução.

NOTAS

¹ Numa conversa informal, Braga de Macedo contou-me como tinha sido difícil convencer Krugman de que a situação económica portuguesa da altura não era semelhante à de Porto Rico!

² A teoria convencional do comércio internacional baseia-se no princípio da vantagem comparativa de David Ricardo e nos teoremas de Heckscher-Ohlin-Samuelson. Basicamente, os resultados principais são os de que partindo de hipóteses convencionais como a hipótese de concorrência perfeita nos mercados, a ausência de economias de escala (i.e. ausência de redução dos custos médios, quando se aumenta a escala de produção), o país especializar-se-á na produção do bem em que é mais intensivo no factor abundante. Trocando por miúdos, se o vinho era um bom trabalho intensivo no século XIX, isto é requeria o uso relativo de mais unidades de trabalho (homens hora) do que unidades de capital, então Portugal, que tinha uma dotação de trabalho mais abundante do que capital, especializar-se-ia nessa produção. Estes fluxos de comércio deram origem ao famoso padrão de especialização inter-industrial, isto é entre diferentes sectores. Ou seja, voltando ao exemplo de David Ricardo, Portugal exportava vinho e importava têxteis ingleses. Krugman veio pôr tudo isto em causa, e passou a adoptar a abordagem com economias de escala, desenvolvendo modelos de concorrência imperfeita, que se baseavam mais nas trocas intra-industriais, i.e. ao nível do próprio sector. Um célebre modelo diz-nos que nas relações Norte-Sul existe um ganho de abertura ao exterior, com uma maior variedade de bens para os consumidores.

³ M. Fujita, P. Krugman e A. Venables (1999), *The spatial economy. Cities, regions and international trade*: Cambridge, The MIT Press.

⁴ Caso paradigmático foi o de Portugal, com as políticas de «stop and go» do final dos anos 70 e princípio de 80. Os problemas de contas externas foram tão severos que Portugal teve de recorrer ao FMI por duas vezes – a primeira em 1978-1979 e a segunda em 1983. Um bom texto de referência é António Mendonça Pinto (1983): «A economia portuguesa e os Acordos de Estabilização Económica com o FMI», *Economia*, vol. VII,

n.o 3, pp. 555-606. Note-se que, como se infere do texto, Portugal, embora falido, não deixou de existir!

⁵ Em termos de teoria económica isto quer dizer que o comércio internacional é um jogo de soma nula.

Ou seja, o «bolo» a repartir é constante e as fatias que uns levam outros perdem. Von Neumann e Morgenstern foram os criadores da moderna teoria dos jogos, que ao contrário do que os mais incautos poderiam julgar, não tem nada a ver com consolas e videogames, mas é apenas um nome bonito e técnico para modelizar o comportamento estratégico dos agentes económicos. É um pouco como tentar prever o que eu faço com base no que outro poderá fazer, se eu tivesse feito isto ou aquilo. Obviamente que estes temas mais sérios podem ser aplicados, por exemplo, à modelização da interacção do Banco Central Europeu com os onze governos da zona euro. John Harsanyi e Reinhard Selten foram galardoados com o prémio Nobel da economia pelas suas contribuições em teoria dos jogos em situações de incerteza.

⁶ Pequeno em economia significa que o país não tem capacidade de influenciar o rácio de preços internacionais dos seus bens, ou seja, que o país é tomador dos preços relativos, que lhe são impostos exogenamente. Portugal é pequeno em quase tudo, excepto na cortiça e na indústria dos moldes de plástico.

⁷ No calão dos economistas, o crescimento interno seria mais do que compensado pela deterioração dos termos de troca – rácio (ou divisão) dos preços das exportações sobre as importações.

⁸ Segundo Hal Varian (1990), *Intermediate Microeconomics*: W. W. Norton, pp. 527 e 535, o teorema da impossibilidade de Arrow diz-nos que não existe um modo ideal de agregar preferências individuais em preferências colectivas. Em rigor (p. 527), se um sistema obedecer a: 1) escolhas completas, reflexivas e transitivas; 2) se todos os indivíduos preferirem a alternativa x a y, então as escolhas sociais também devem reflectir a maior preferência de x face a y; 3) as preferências entre x e y devem apenas depender do modo como hierarquizam x face a y, e não da hierarquia das outras alternativas. Todas as três hipóteses parecem plausíveis, mas segundo Arrow, se um sistema de escolha social obedecer simultaneamente às três hipóteses 1, 2, e 3 então todas as escolhas sociais reflectem a escolha de um só indivíduo. Em suma, obtém-se um caso extremo de ditadura! Arrow foi galardoado com o prémio Nobel da economia por esta contribuição.